

A CONCEPÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A REDE INTERNACIONAL DAS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS SALESIANAS (IUS) NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Jair Marques de Araújo – UCDB

jair@colegiosale.com.br

Mariluce Bittar – UCDB

bittar@ucdb.br

Resumo: Esse artigo analisa como a Rede IUS concebe a internacionalização da educação superior e quais as estratégias políticas adotadas para sua efetivação. Analisa as opções adotadas com a agenda dos organismos multilaterais e dos blocos geoeconômicos para a internacionalização da educação superior, indicando aspectos diferenciados e coincidentes entre elas e suas repercussões para as IUS. A pesquisa foi realizada com base em fontes documentais e na literatura da área. Conclui-se que o processo de internacionalização pode influenciar ou não o processo de afirmação da identidade das IUS.

Palavras-Chave: políticas educacionais; internacionalização; universidades salesianas.

INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior constitui-se um eixo ao redor do qual circulam uma série de processos que tem sua origem no movimento de globalização do capital e na tendência em considerar a educação um serviço a ser explorado pelo capital transnacional, desencadeando um processo global de privatização da educação superior. Concomitante ao processo de expansão da privatização ocorre a formação do “capitalismo acadêmico” com a criação de sociedades educacionais de capital aberto ou sociedades limitadas para as quais já não contam os limites políticos do Estado-nação uma vez que atuam em âmbito internacional. Em consequência forma-se um mercado mundial de educação a ser explorado pelo capital financeiro ou por grandes grupos empresariais internacionais o que acentua a perspectiva mercadológica da educação superior (MOROSINI, 2006, p. 108).

A CONCEPÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA A REDE IUS NO DOCUMENTO DE BRASÍLIA DE 1995

Percorrendo a trajetória histórica da implementação da Rede IUS, o Encontro de Brasília (1995) revela-se como seu embrião. Naquele encontro as dezoito instituições participantes manifestavam o interesse em constituir uma Rede:

O intercâmbio entre os participantes responsáveis diretos de vários institutos, nos ofereceu uma bela oportunidade de mútua informação, de confrontação e de avaliação [...] Os participantes querem dar consistência ao fenômeno dos centros universitários salesianos

fundando a Associação Salesiana das Universidades (ASU) para assegurar a continuidade dos encontros e seu desenvolvimento. (IUS, 1995, p.3-4).

A possibilidade da construção da Rede IUS é vista como oportunidade de aprofundamento do processo de conhecimento mútuo e de troca de experiências em termos de informação, comparação e avaliação das vivências institucionais. Os participantes querem realizar encontros posteriores para dar continuidade ao processo e ampliá-lo. Concebem esse desenvolvimento nos seguintes termos:

Nesse primeiro encontro, queremos lançar a pedra fundamental para o futuro. Quem de nós não pensa já desde o início na instituição de uma rede entre os institutos salesianos ou na mútua conexão computadorizada de nossas bibliotecas? A comunicação rápida e constante de nossos tempos nos convida a estar continuamente em contato entre nós; a internet favorece o intercâmbio constante de informação e de iniciativas para animar-nos na missão. Nossos institutos saem, assim, de seu lugar geográfico e histórico para inserir-se em uma rede internacional de obras salesianas comprometidas com a cultura e a ciência, para a educação e evangelização da juventude. (IUS, 1995, p. 5).

Praticamente indica a sensibilidade diante do contexto da globalização que solicita o intercâmbio e a comunicação entre elas de forma mais ágil, bem como a formação de redes capazes de suportar esse processo e de dar às instituições um alcance que supere os limites geográficos, ampliando sua eficácia e maximizando os recursos individuais disponíveis potencializando os resultados, meios e fins do conjunto das obras da Congregação. Indicam também a finalidade dessa possível Rede: promoção da cultura e da ciência; educação e evangelização da juventude.

Os participantes do encontro de Brasília demonstram ainda sintonia com o momento histórico cultural em outro aspecto além da formação de uma Rede: o estabelecimento de políticas comuns como expressão da vontade de internacionalizar suas atividades na educação superior. Assim afirmam:

Na base de nosso encontro está a preocupação de desenvolver uma política compartilhada na Congregação a respeito da educação superior. Estamos presentes como responsáveis de 18 institutos; o Conselho Geral está representado por dois conselheiros; queremos dar um primeiro passo na busca de uma política comum para o futuro. (IUS, 1995, p. 9).

Ao lado da formação da Rede de intercâmbio e comunicação e compartilhamento de experiências e projetos, a busca de políticas comuns de atuação e concepção irá moldar a Rede IUS e serão eixos fundamentais para sua existência.

Paralelamente ao processo de reforma universitária global nos países, as IUS procuram estabelecer, nesse contexto, a sua concepção e sua política de educação superior, revelando uma sintonia com essa tendência mundial.

Pode-se interpretar os argumentos dos participantes presentes nesse encontro como uma tentativa de posicionar-se estrategicamente frente ao movimento internacional diante do tema da educação superior e das tensões e conflitos de interesses inerentes. Os participantes lançam alguns princípios que revelam, no seu entendimento, que caminhos, valores e horizontes devem ser privilegiados na instituição da Rede:

Esta associação pode ter o objetivo de dar uma resposta salesiana aos problemas emergentes do mundo universitário e da cultura, respeitando a peculiaridade de cada país: favorecendo a cultura da vida e da solidariedade; fortalecendo a presença salesiana em cada país; favorecendo a inserção salesiana na cultura; favorecendo o intercâmbio entre nossas instituições e outras; estabelecendo linhas de ação comuns; ajudando-nos na compreensão da realidade juvenil. (IUS, 1995, p. 48).

Essas linhas gerais de orientação indicam a busca de fortalecimento das ações das instituições salesianas de educação superior do ponto de vista cultural, tornando-as relevantes nos contextos em que atuam. Ao mesmo tempo apontam para políticas gerenciais à medida que pedem intercâmbio, ações comuns e maior compreensão do fenômeno juvenil. Pretende-se, desta forma, que a Rede favoreça a construção e consolidação de significados do ponto de vista cultural e acadêmico das IUS, garantindo-lhes inserção no contexto internacional da educação superior. Os participantes avançam na definição do perfil dessa Rede indicando espaços de colaboração e ações pontuais que favoreçam a colaboração mútua:

[...] Colaboração: realizar entre nós convênios de intercâmbio cultural; Concretizar edições e publicações comuns; iniciar intercâmbio de alunos e professores; organizar seminários internacionais anuais rotativos sobre temas fundamentais comuns; estabelecer convênios com universidades não salesianas; intercambiar publicações já existentes em nossas instituições; ter e pôr à disposição bibliotecas especializadas; preparar-se para a utilização da internet. (IUS, 1995, p. 48).

Observa-se a coincidência da agenda IUS para a internacionalização com a dos organismos internacionais que apontam no mesmo sentido de intercâmbio, projetos de pesquisa em parceria, realização de fóruns e debates e intercâmbio de professores e alunos, bem como a formação de redes tecnológicas capazes de impulsionar a aglutinação das instituições envolvidas no processo.

A INTERNACIONALIZAÇÃO E A IDENTIDADE NO DOCUMENTO “POLÍTICAS PARA AS IUS DE 2003”

A internacionalização da Rede IUS inicia-se pela constituição de um projeto de gestão comum, de caráter transnacional, pois pretende com um projeto de Identidade, de Políticas e, mais tarde, de Planos Comuns, estabelecer um todo homogêneo no sentido de concepção de educação superior, de afirmação de identidade confessional e de práticas de gestão. A internacionalização transparece, portanto, num projeto transnacional de educação superior que tem como metas assegurar a identidade e a sustentabilidade do projeto acadêmico e dos recursos financeiros:

Com estas políticas pretende-se continuar o caminho empreendido no período 1998-2002 e dar sólidos fundamentos à presença salesiana atual na educação superior, de modo que os centros já existentes cresçam em qualidade e se desenvolvam ou outros novos sejam criados no futuro, de acordo com uma identidade própria de instituições universitárias, de inspiração cristã e caráter católico, e de índole salesiana (IUS, 2003, p. 5).

Com essa afirmação compreende-se que as políticas construídas pretendem afirmar a identidade das IUS fundamentando sua qualidade institucional e a sua identidade confessional católica e salesiana. Percebe-se também nessa afirmação a inter-relação entre gestão, identidade e a própria construção da Rede IUS. Essas políticas pretendem também pavimentar o caminho de construção da Rede, atendendo à vontade anterior dos participantes do Encontro de Brasília, cumprindo, assim, o papel de guia do conjunto das IUS. Nesse sentido afirma o documento Políticas:

As políticas aqui delineadas entendem guiar o conjunto das instituições de educação superior promovidas pela Congregação Salesiana, sem, contudo, eximir cada uma das IUS da responsabilidade de definir as suas precisas políticas acadêmicas, que serão depois agregadas aos documentos institucionais pertinentes. (IUS, 2003, p. 10).

Nesse processo há umnexo entre identidade, internacionalização e qualidade institucional. Observando-se mais de perto a questão da qualidade é ligada ao processo de gestão. Esse elemento percorre todo o movimento de constituição da Rede IUS perfazendo seus diversos aspectos e está voltado também para a afirmação da identidade uma vez que a internacionalização corrobora em Programas, Planejamentos e Políticas comuns que estão voltados para a melhoria institucional do ponto de vista da gestão a fim de ser afirmar a identidade como uma condição crucial para a sustentabilidade institucional dentro de uma perspectiva internacional no atual processo de mundialização:

Cada IUS seja dotada dos instrumentos e dos procedimentos que garantam a orientação, a direção, a gestão e o funcionamento de acordo com a identidade e com as políticas estabelecidas para que tais orientações permeiem a vida ordinária da instituição. Os instrumentos e os procedimentos são os seguintes: a) Para a orientação geral da instituição, atente-se para o Projeto institucional, que tem a função de verdadeira magna carta ou constituição que orienta de maneira integral e prática a vida da instituição. Por isso, ele explicita a sua missão e visão – ou seja, a sua identidade universitária, católica e salesiana, e a sua intencionalidade educativo-pastoral – a fim de dar-lhe cumprimento, em um cenário concreto, local e universal ao mesmo tempo, no quadro destas políticas ou daquelas que a Congregação Salesiana possa estabelecer no futuro; concretiza as áreas científicas nas quais a instituição concentra seu trabalho e os critérios pelos quais se orientará diante de hipotéticas futuras ampliações ou reduções de campo; os cursos que oferece e os respectivos currículos de estudo; os programas das disciplinas de acordo com a ciência correspondente e congruentes com a identidade própria da instituição; a filosofia da educação e do ensino que a instituição propõe para a pesquisa, a docência e os serviços de extensão; o estilo de vida universitária e as características pelas quais a instituição quer diferenciar-se de outras instituições similares; o corpus normativo (estatutos, regulamentos...) e a organização. (IUS, 2003, p. 18-19).

Pelo descrito acima esse Plano pouco difere do que se entende por Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI no Brasil. Considerando-se que se trata de um instrumento do Ministério da Educação que executa sua política em consonância com a concepção do Estado como ente avaliador e regulador. Exprime a cooptação da Rede IUS diante do ideário das agências internacionais que estão moldando a formação da nova cultura organizacional e gerencial da educação superior para atender os interesses do processo de globalização. Pode-se afirmar que, sob esse aspecto, a Rede IUS traz uma forte influência desses organismos internacionais em termos de gestão da educação superior. Isso ocorre não somente no caso do Brasil e das IUS, mas constitui uma tendência mundial para a educação superior. O desdobramento do Projeto Institucional em planos estratégicos e operacionais corrobora essa repercussão da cultura organizacional preconizada pelas agências sobre a Rede IUS:

Para o desenvolvimento do Projeto institucional, sirvam-se as IUS: do plano estratégico e tático, o qual favorece a progressiva realização global, de maneira ordenada e sistemática, do Projeto institucional durante um período de tempo determinado (vários anos); estabelece as metas e objetivos a serem progressivamente alcançados, as opções estratégicas e as linhas de ação; prevê os recursos humanos e financeiros necessários, os tempos para cada linha de ação e a forma de acompanhamento e de avaliação; e do plano operacional, o qual auxilia na progressiva realização do plano estratégico e tático por períodos anuais; estabelece os objetivos gerais e específicos a serem

alcançados, cada uma das operações (a seqüência de atividades que as compõem, o momento e a duração) necessárias para alcançar os objetivos, o modo de realizar as ações, os recursos humanos necessários e os responsáveis, os orçamentos e a disponibilidade financeira ou a fonte segura de tais fundos. (IUS, 2003, p. 19).

Não obstante, o Projeto Institucional sistematiza a gestão das IUS proporcionando uma realidade diferente da anterior à implantação da Rede, estabelecendo uma racionalidade administrativa até então desconhecida. Vale ressaltar que o Projeto Institucional denominado pela Rede IUS como Carta de Navegação, para poder ser concluído pelas IUS levou um prazo superior ao estabelecido, traduzindo a dificuldade das instituições em construir esse instrumento de gestão apesar das orientações emanadas da coordenação central da Rede, o que também demonstra certa resistência ao processo de mudança e consolidação de uma nova cultura organizacional.

Outro aspecto em que a Rede alcança a implantação de um novo padrão de procedimentos e de qualidade institucional é o do credenciamento. Entende-se por que a Rede adota entre as suas políticas a busca do credenciamento de suas instituições diante das agências nacionais nos diversos países em que se localizam e, no caso das que já o possuem, procurem credenciar-se nas agências internacionais ou comitês e grupos de pesquisa capazes de conferir projeção internacional. Dessa maneira compreende-se a afirmação da Rede em suas Políticas:

[...] credenciamento, que é um reconhecimento público da instituição segundo os padrões de qualidade elaborados por um organismo externo de reconhecido prestígio nacional e/ou internacional. Por meio dele se busca a excelência acadêmica, assegurando níveis de qualidade; além de conferir credibilidade e prestígio, o credenciamento serve para dar tranqüilidade à instituição quanto às próprias opções e para orientar na tomada de decisões a respeito de novas metas. (IUS, 2003, p. 20).

A Rede assimila, dessa forma, a tendência avaliativa e de ranqueamento e controle sobre a educação superior, característica do processo global para a educação. A assunção do conceito de credenciamento ligado à busca da qualidade e à avaliação insere, portanto, a Rede IUS no movimento mais amplo das políticas que regem a educação superior. Essas políticas voltadas para a qualidade são consubstanciadas em agências internacionais de avaliação e credenciamento. É o caso da Rede Internacional de Agências para a Garantia de qualidade na Educação Superior – INQAAHE; a Associação Universitária Internacional Iberoamericana de Pós-graduação – AUIP. Essas duas agências, mais a UNESCO, formam o consórcio WQR – Registro

Internacional de Qualidade. Acrescente-se QAAS – Agências de Acreditação e de Garantia da Qualidade, reconhecidas internacionalmente com aval do consórcio WQR. (MOROSINI, 2006, p. 113-114).

Além do credenciamento, a preocupação com a qualidade se traduzirá em outra política: a cessão do processo de expansão. As IUS beneficiaram-se e acompanharam o processo de expansão privada da educação superior como conseqüência da demanda mundial por educação. Porém, ao perceberem sua rápida expansão a reação é de se retirar desse processo expansionista e passar a dar solidez para as suas instituições formando a rede internacional das IUS. Esse passa a ser o posicionamento das IUS, pondo freio ao movimento expansionista no interior da Congregação. Observa-se no documento Políticas esse posicionamento dos dirigentes das IUS:

No sexênio 2002-2008, inspetorias e IUS concentrem-se preferencialmente em consolidar e fortalecer a qualidade das instituições já existentes antes de fazê-las crescer aceleradamente ou de empenhar-se na criação e gestão de outras novas. (IUS, 2003, p. 24).

Pretende-se, portanto, iniciar outro processo que se distancie do movimento de formação de um capitalismo acadêmico caracterizado pela exploração econômica em escala multinacional dos serviços educacionais, com conseqüente acúmulo de capital e adoção de estratégias empresariais e financeiras tais como a criação de sociedades anônimas e negociação de ativos em mercados de capitais, instituindo-se grandes grupos empresariais e financeiros que atuam na educação superior comercializando serviços.

A Rede pretende instaurar um processo que assegure, no interior dessa tendência mundial, sustentabilidade da proposta da Congregação para a educação superior por meio do fortalecimento institucional e da qualidade acadêmica. Assim o processo de construção da Rede aponta desde já para uma proposta alternativa ao simples movimento de expansão e privatização da educação superior, ao mesmo tempo em que assume conceitos como qualidade, gestão e internacionalização.

A função avaliativa do Estado e seu papel regulador assumem preponderância no processo de internacionalização uma vez que garante a padronização e ranqueamento por meio de sistemas que aferem a qualidade. No âmbito internacional essa passa a ser uma tendência determinante na educação superior. As IUS acabam assumindo essa tendência procurando criar para si, a partir do modelo das grandes

agências reguladoras internacionais que influenciam e determinam as políticas de avaliação dos órgãos nacionais, padrões de qualidade e sistemas de avaliação e gestão inspirados nesse modelo do Estado regulador/avaliador. Nesse contexto as IUS concebem a cultura da avaliação como estratégica para o desenvolvimento institucional:

Para o aperfeiçoamento constante da instituição, utilizem-se as IUS dos seguintes procedimentos: a avaliação institucional, a qual consiste na análise objetiva, metódica e contínua do desenvolvimento dos projetos e dos planos, – dando especial ênfase aos processos, contribuições e resultados etc. –, mediante o uso de dados e opiniões relacionados a critérios previamente definidos; envolve toda a comunidade acadêmica; ajuda a acompanhar e a controlar a gestão da instituição e a tomar em tempo medidas de correção após a identificação dos pontos fortes e fracos, os riscos e as tendências que não conduzem à obtenção das finalidades e dos objetivos propostos. A auto-avaliação ou avaliação interna da instituição deve ser praxe ordinária das IUS. Ela se completa com a auditoria ou avaliação externa que também deve ser feita periodicamente nas IUS por organismos competentes com a participação da comunidade acadêmica. Além de uma segurança maior no andamento das instituições, essa dúplici praxe criará nas IUS uma benéfica “cultura da avaliação” fundada na co-responsabilidade e no profissionalismo de todos. (IUS, 2003, p. 19-20).

Observa-se, nessa afirmação da Rede IUS, uma gama de conceitos e práticas que se encontram delineados na nova política global para a educação superior baseada na racionalidade do capital que procura inserir na academia a cultura administrativa própria das empresas. Alguns conceitos ilustram essa nova cultura: projetos, planos, processos, objetivos, resultados, controle, auditoria e profissionalismo. Nesse sentido, observa Dias Sobrinho:

A idéia de eficiência e produtividade aqui se torna sinônimo da noção de qualidade. Segundo a concepção eficientista e produtivista, a qualidade da educação superior tem sua expressão mais exata e clara na quantificação e posterior classificação dos produtos finais (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 107).

A assimilação dessa concepção pela Rede IUS revela a influência das políticas globais. Ao mesmo tempo revela que a constituição da Rede IUS faz-se à sombra do pensamento hegemônico internacional para a educação superior que procura uma padronização das instituições e de procedimentos, especialmente em termos de gestão na qual tem papel preponderante a avaliação e o controle. Tudo isso para assegurar a formação profissional voltada para o mercado de trabalho, a eficiência das instituições

e a garantia de um padrão globalizado, já que a economização da sociedade e da educação é transnacional.

A Rede IUS não se distancia dessa tendência e erige a avaliação como um dos pilares pelo qual pretende dar solidez para suas instituições. A Rede IUS é constituída como um sistema aberto que interage entre si, mediante as trocas institucionais e com os demais organismos e entes sociais. Ressalta-se nesse processo que sua finalidade é de afirmar a concepção de educação superior proclamada pela Rede:

A articulação das IUS há de se basear, antes de tudo e fundamentalmente, em uma rede de relacionamentos, intercâmbios e colaborações que incluam tanto a reflexão e o aprofundamento de assuntos de interesse geral – v.g. a orientação e o modo prático de entender e conduzir a presença salesiana na educação superior –, quanto às relações de colaboração bilateral ou multilateral entre elas (IUS, 2003, p. 24)

A tentativa da Rede é de oferecer alternativa de concepção da educação superior que seja diversa da concepção de bem econômico e de mercado a ser explorado, favoreça a qualificação da juventude para sua inserção no mercado de trabalho e proporcione mudanças na sociedade. Para isso a Rede precisará apresentar uma concepção de educação superior que não seja apenas atendimento das necessidades do capital, mesmo que, em dado momento, tenha que preparar os jovens para atuarem no mercado de trabalho, assim as IUS concebem-se como:

[...] uma contribuição salesiana à formação qualificada dos jovens para o acesso ao mercado do trabalho e para um seu responsável empenho social, de modo que tal empenho ultrapasse as exigências e as necessidades do mercado, produzindo mudanças e novos desenvolvimentos na mesma sociedade. (IUS, 2003, p. 4).

Verifica-se que a Rede IUS estabelece uma dialética com a globalização e, de certa forma, é contraditório uma vez que assume muitas de suas tendências e políticas, no caso a aspecto imprescindível da educação superior como preparação para o mercado de trabalho, e rejeita ou tenta superar outros aspectos: no caso procura conceber a educação superior como agente de mudança dos processos sociais e crítica do próprio mercado, não pactuando com subserviência da educação às exigências e interesses do mercado, concebendo-a como um bem social.

Essa disputa em torno da internacionalização da educação superior deve ser considerada também sob o panorama maior do novo paradigma sócio-cultural: as sociedades tecnologicamente avançadas nas quais o conhecimento é o determinante para as forças produtivas e define, portanto, o sistema econômico vigente, caracterizado pela mobilidade, adaptabilidade e criatividade dos processos; formação de redes

produtivas internacionais suportadas por recursos tecnológicos avançados que permitem interação e distribuição de informações e produtos.

Nesse contexto, onde o conhecimento possui valor agregado no conjunto do sistema de produção, a educação superior, ainda que construída em instituições de diversos perfis, detém uma centralidade visível e, por isso, a disputa em torno de sua hegemonia e da definição de seus padrões sendo que as sociedades mais avançadas tecnologicamente têm notável preponderância na determinação de concepções. Essa tendência é, portanto, reflexo sócio-cultural do movimento de mundialização do capital que traz, junto consigo, os paradigmas dos países capitalistas hegemônicos:

A ciência e a tecnologia passaram a dar condições aos Estados desenvolvidos de globalizarem a economia, interferindo diretamente no mecanismo econômico dos Estados Periféricos, que foram alterando de forma substancial seu cotidiano “nacional”, para se adaptarem às demandas dos mandatários do globo (SANFELICE, 2008, p. 71).

O Estado globalizado não possui controle da atividade econômica e persegue os mesmos padrões da administração privada, seguindo modelos de eficiência e qualidade, o que termina sendo imposto às universidades:

Em avaliação, há que se pensar em duas lógicas contraditórias, ainda que muitas vezes combinem alguns de seus aspectos: a lógica dos interesses do mercado e a lógica dos interesses da sociedade. De um lado, a ideologia da universidade para o mercado, uma organização em função da economia. De acordo com este paradigma, a avaliação se materializa como instrumento de controle sobre os indivíduos, as instituições e o sistema e opera, como se fossem valores primordiais, a eficiência, o lucro, a produtividade, a competitividade, a operacionalidade, a racionalidade instrumental (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 109).

Em consequência da valorização econômica e social do conhecimento, as melhores oportunidades de emprego e salários estarão com os sujeitos que detiverem maior complexidade de formação, ou seja, títulos acadêmicos de maior nível. Isso acaba influenciando um novo relacionamento entre o poder estatal e a educação superior: se por um lado o Estado retira-se do financiamento da educação superior, por outro, influenciado pelo parâmetro da qualidade e eficiência, impõe uma intensa cultura de avaliação, com a qual pretende garantir que as instituições ofereçam resultados capazes de impactar positivamente numa sociedade ávida por mão de obra qualificada.

Nessa perspectiva a educação superior assume papel vital para a democratização da sociedade uma vez que é o nível de conhecimento que determina o papel do cidadão no conjunto social. Por isso a elitização do acesso à educação superior

determina uma sociedade excludente enquanto que amplo acesso define alta perspectiva de democratização. Porém, não se pode deixar de mencionar as tensões que se acumulam ao redor dessa necessidade de democratização do acesso: a educação superior, no contexto da globalização e mundialização do capital, acompanha essa tendência por meio da internacionalização de seus padrões, mas sofre pressão de grupos que desejam explorar os seus serviços de forma lucrativa, instaurando uma tensão que aponta em sentido contrário à democratização e afirmação da educação como um direito humano fundamental. Essa tensão se agrava com a desobrigação do Estado em financiar esse nível de educação, deteriorando as condições de viabilidade da democratização, especialmente nos países periféricos em que a maioria da população não consegue autofinanciar-se para a obtenção desse grau de ensino.

Por isso identificam-se duas tendências opostas quando a internacionalização da educação superior é discutida no âmbito dos organismos multilaterais ou nos blocos internacionais regionais: uma em que prevalece os interesses econômicos dos países centrais na forma de privatização dos serviços educacionais ou precarização desses serviços por parte dos países periféricos de modo que os países centrais sejam os provedores internacionais desses serviços, angariando lucros por eles. Outra tendência aponta para a necessidade da consolidação da educação superior em todas as sociedades já que é uma força que contribui para a inserção social e econômica.

Nesse sentido, os países vêm desenvolvendo, acompanhando os termos de produtividade, competitividade e eficiência na gestão o conceito chamado de pertinência para as instituições de educação superior que significa a correspondência entre a filosofia institucional, as demandas da sociedade e o contexto de aceleradas mudanças em que está inserida a educação superior (IESALC, 2007, p. 12). Pode-se verificar que as políticas das IUS assumem essa complexidade exigida da educação superior para poder responder de maneira significativa aos desafios propostos pela sociedade:

Para a sua orientação, desenvolvimento, avaliação permanente e consolidação, as IUS deverão ter os seguintes pontos de referência: a) de uma ótica acadêmica: [...] uma grande atenção diante da evolução da mesma instituição universitária, marcada por novos fatores condicionantes, quais sejam: o número maciço de estudantes, os relacionamentos democráticos, a interdisciplinaridade, as novas tecnologias, o rigor na organização e na utilização dos recursos, a globalização nas perspectivas, nos interesses e nos relacionamentos, nos efeitos nocivos e excludentes para os mais desfavorecidos, sem esquecer o lugar onde os centros estão implantados e o serviço local que deveria ser irrenunciável para toda IUS. De uma ótica social: necessidades locais da sociedade em que cada IUS está inserida,

especialmente as que mais dizem respeito à missão salesiana em favor das classes populares. (IUS, 2003, p. 13).

Por isso pode-se afirmar que no processo de internacionalização, assim como na afirmação da identidade, as IUS almejam apresentar uma alternativa para a formação de um mercado educacional e para a formação pura e simples de um capitalismo acadêmico decorrente da exploração da educação superior como um bem de serviço. Sua concepção indica oposição a esse movimento e a formação da Rede ocorre como resistência e enfrentamento ao mesmo tempo em que buscam assegurar a continuidade da proposta salesiana de educação superior. Entretanto, a Rede se depara com a dificuldade das fontes de recursos para que suas afirmações encontrem plena realização. A própria Rede, nesse aspecto, afirma que cada uma das instituições deve autofinanciar-se, o que significa apoiar-se ainda nas mensalidades dos alunos. Esse aspecto problemático é assim expresso pela Rede:

O princípio do autofinanciamento de cada centro terá por base principalmente as entradas provenientes dos alunos, sem esquecer a opção preferencial, de serviços a terceiros e de contribuições advindas por diversos títulos do Estado e de entidades estatais e/ou particulares. (IUS, 2003, p. 22).

É verdade que a Rede apresenta tentativas de estabelecer políticas de busca de novas fontes recursos para financiar as funções universitárias, especialmente pesquisa e extensão. Não obstante, a Rede não consegue desvencilhar-se das mensalidades como fonte principal de recursos e essa questão não foi ainda enfrentada suficientemente, explicitando uma contradição que percorre todo o processo da Rede. Pode-se afirmar que a Rede estabelece políticas de gestão e define a identidade de forma sistemática, porém não logra resolver, ao menos por enquanto, as fontes de recursos que lhe permitam atuar decisivamente para a democratização da educação superior, apesar de sua decisiva contribuição em prol de uma educação para todos.

Vale trazer à tona que essa problemática reflete não apenas sobre a democratização, mas também sobre a continuidade das IUS: elas precisam continuar a captar alunos que tenham efetiva condições de pagamento das mensalidades a fim de se viabilizar em seu projeto de educação superior. Trata-se, portanto, de uma posição muito frágil levando-se em consideração os contextos em que se encontram e, principalmente, a decisão de não formar um conglomerado capitalista e nem agir como tal, o que impede ganhos de escala, atuação em mercados de capitais e ganho de

competitividade na concorrência global. Por outro lado as IUS ainda não conseguiram afirmar-se como uma instituição internacional de cunho filantrópico capaz de captar recursos e doações e também não são reconhecidas como uma competência internacional seja em áreas de pesquisa seja de serviços a tal ponto que ganhem recursos com a execução desses serviços. Essa é uma vontade ainda não plenamente realizada. Em todo caso, a Rede expressa assim sua intenção de mudança nesse aspecto:

Com fins específicos de formação do pessoal, pesquisa, serviços de extensão universitária, operações estratégicas conjuntas, bolsas de estudo etc., é necessário proceder ativamente à busca de auxílios econômicos, a partir dos quais, se for necessário, se poderia criar um fundo econômico para as IUS. Para tudo isso será conveniente utilizar os procedimentos mais adequados, respeitando sempre as responsabilidades já estabelecidas na Congregação Salesiana – tanto em nível inspetorial quanto central – para a busca, gestão e decisão sobre os fundos. Tratando-se de fund-raising ou de outras vias, é aconselhável servir-se de estruturas da Congregação já em funcionamento, garantindo nelas o serviço especializado de informação e orientação no campo da educação superior. (IUS, 2003, p. 23).

Diante da necessidade de sustentação de condições favoráveis ao autofinanciamento, a decisão anterior da Rede IUS em não dar continuidade ao ciclo de expansão apresenta-se, de certa forma, negativo. É claro que da perspectiva econômica é arriscado expandir instituições sem identidade sólida, sem uma cultura de planejamento, mecanismos de controle e avaliação e sistemas eficientes e rápidos de gestão. Porém, em termos de competitividade, a escala é muito importante, tanto quanto uma cultura empreendedora sustentada por uma administração completa. Na tentativa de se consolidar em termos de identidade, políticas e gestão, a Rede IUS não tem considerado a participação no mercado como essencial. Ao contrário, a Rede pretende deliberadamente que novas instituições sejam criadas dentro de um complexo projeto de gestão e de um conjunto de procedimentos agora centralizados e rígidos. Sublinhe-se que a tendência atual no mercado educacional não consiste mais na criação de novas instituições, mas a expansão via fusão e/ou aquisição de concorrentes. Porém a Rede posiciona-se no sentido de não priorizar a expansão seja na forma de novas instituições seja na forma de aquisições. Aliás, sobre essa possibilidade não há manifestação oficial da Rede. Eis a forma como se manifesta:

Diante da conveniência de reestruturar – para o desenvolvimento ou para redução – as IUS existentes ou para abrir outras novas, considere-se a possibilidade de superar a área estritamente inspetorial e chegar, junto com outras inspetorias, a colaborações de âmbito

nacional ou regional. Seja como for, para criar um novo centro de educação superior ou para transformar substancialmente um já existente, as inspetorias deverão ater-se às seguintes exigências: a) para iniciar o processo: Como ponto de partida, comunicar ao Reitor-Mor e ao seu conselho a intenção de iniciar os procedimentos para a criação ou transformação de um centro, servindo-se para isso de um documento de declaração de intenções, no qual o inspetor fará constar: uma clara necessidade social de educação superior para os destinatários preferenciais da missão salesiana ou uma necessidade especial de caráter estratégico para a inspetoria e/ou para as inspetorias da Região; a integração do novo centro no projeto orgânico da inspetoria; os recursos humanos disponíveis, incluída a presença qualificada de uma comunidade salesiana ou de salesianos qualificados e em número suficiente, relacionados com uma comunidade ou com a mesma inspetoria; os recursos financeiros com que se conta; o grau de viabilidade para conseguir a autorização do organismo oficial para a abertura do centro. Perante esta declaração de intenções, o Reitor-Mor e o seu Conselho dará ou negará ao inspetor a correspondente autorização escrita para continuar o processo. Para o pedido de aprovação do projeto: No caso de se ter recebido a autorização pedida, o inspetor deverá apresentar ao Reitor-Mor e ao seu Conselho: o projeto institucional bem definido e concreto, segundo as características indicadas no n. 30; o plano estratégico (cf. n. 31) para, no mínimo, cinco anos, que conte com os recursos humanos e econômico-financeiros suficientes; e que entre os recursos humanos se conte com a presença de salesianos qualificados; um plano operacional detalhado que corresponda ao primeiro ano de atividade do centro. Considerada essa documentação, o Reitor-Mor e o seu Conselho dará, solicitará modificações ou negará ao inspetor a correspondente autorização escrita, para seguir adiante com o projeto. (IUS, 2003, p. 26).

Os procedimentos indicados e exigidos estão novamente em consonância com o que é praticado no contexto das agências reguladoras sejam nacionais ou internacionais. Seguem-se os mesmos padrões e verifica-se, mais uma vez, o reflexo das políticas mais amplas sobre a Rede IUS. Note-se também que a prioridade, em caso de abertura de novas instituições é de que sejam circunscritas não mais no raio de atuação de uma única inspetoria, mas tenham caráter nacional ou regional para consolidar a vontade de sinergia ou colaboração efetiva. Inclusive a busca de iniciativas conjuntas tem como um dos seus objetivos o melhor aproveitamento dos recursos e a redução dos custos de financiamento.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão pode-se afirmar que a criação da Rede IUS segue as tendências internacionais para a educação superior que apontam para expansão quantitativa de instituições e alunos, acompanhada de uma crise de financiamento que impede seja a universalização do acesso seja a qualificação das instituições, especialmente as particulares como são as IUS. A própria existência da Rede IUS

aponta outra tendência que vem a ser a privatização do setor educacional e também a sua internacionalização para atender aos interesses do capital que encontrou no setor de prestação de serviços em geral e na educação em particular uma nova fronteira de exploração que, devido ao alto retorno financeiro, prolonga o ciclo de acumulação.

REFERÊNCIAS

IUS. **Políticas para as Instituições Universitárias Salesianas**. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 2003.

IUS. **Primer Encuentro de los Responsables de las Universidades y de los Institutos Universitarios Administrados por la Congregacion Salesiana**. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 1995.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de Pedagogia Universitária: Glossário vol. 2**. Brasília: INEP, 2006.

SANFELICE, José Luis. Transformações no Estado-nação e impactos na Educação. In LUCENA, Carlos. **Capitalismo, Estado e Educação**. São Paulo: Alínea, 2008.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: CATANI, Afrânio Mendes; DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João Ferreira. **Políticas e gestão da educação superior. Transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003, p. 97-115.

SOBRINHO, José Dias. Tendências Internacionais na educação superior. Um certo horizonte internacional: problemas globais, respostas nacionais. In: GISI, Maria Lourdes; ZAINKO, Maria Amélia. **Políticas e Gestão da Educação Superior**. Curitiba: Champagnat; Florianópolis: Insular, 2003, p. 161-194.